

O SANTUÁRIO ROMANO E A DEFIXIO DE ALCÁCER DO SAL

José d'ENCARNAÇÃO
João Carlos Lázaro FARIA

O santuário:

Em Alcácer do Sal, a romana *Salacia*, na sequência dos trabalhos arqueológicos que precederam a adaptação do Convento de Aracoeli a pousada, identificaram-se, no Verão de 1995, os vestígios de um santuário romano, sensivelmente a cerca de 50 m para NO do *forum*.

De planta rectangular, com uma área de 120 m² (12,50 m de comprimento por 9,50 de largura), o edifício é formado por duas *cellae* ligadas entre si por dois corredores, um dos quais rampeado, de largura variando entre os 0,80 e os 0,95 m e cujo piso em *opus signinum* apresenta meia cana lateral (fig. 1).

Na *cella* maior, de planta rectangular (7,80 x 5,80 m), pavimentada a *lateres* romanos reaproveitados, foram abertos, durante a ocupação muçulmana, cinco silos que continham materiais cerâmicos da época almóada. A abertura de dois deles danificou consideravelmente a parede sul do santuário; o único vestígio porventura pertencente ao período romano aqui detectado é um alicerce, de planta quadrangular e com cerca de 1 m², que se encontra ao centro e que poderia, eventualmente, fazer parte de um altar.

Pelos corredores tem-se acesso à outra *cella*, também ela de planta rectangular (3,80 x 2,60 m), com entrada e respectiva soleira. Os *lateres* rectangulares que inicialmente a pavimentavam terão sido substituídos, ainda ao tempo dos Romanos, por fragmentos de *imbrices* assentes simplesmente por cima da terra. Apresenta esta *cella* um tanque quadrangular, de *lateres* argamassados, com 1,50 m de lado e 0,75 m de profundidade, muito provavelmente destinado aos sacrifícios, mas que continha, no momento da escavação, bastantes pedaços de escória de ferro, juntamente com cerâmicas comuns que têm sido atribuídas ao séc. XIV. Não é, portanto, de excluir a hipótese de aqui ter funcionado uma ferraria medieval, hipótese confirmável igualmente pela presença de *lateres* com claros vestígios de queimaduras internas provocadas pelo fogo depois da cozedura. Foi na base deste tanque e juntamente com uma moeda de cobre dificilmente classificável, devido ao seu péssimo estado de conservação, que se encontrou a *tabella defixionis*. À entrada da *cella*, do lado direito, existe um espaço constituído por *lateres* não argamassados, formando compartimentos de dimensões reduzidas (0,60 x 0,20 m), muito provavelmente destinado a receber ofertas votivas, porquanto daí se exumaram pratos e tigelas de cerâmica comum dispostos por cima uns dos outros, um conjunto considerável de lucernas de vários tipos, uma taça de cerâmica comum com pé e três figurinhas em terracota, duas

delas apresentando barretes frígios. Durante as crivagens, recolheram-se alguns numismas, neste momento em fase de tratamento laboratorial.

Na área do santuário ainda se podem ver outras duas construções, ambas de planta rectangular, que delimitam os dois corredores referidos. Trata-se de estruturas da Idade do Ferro, reaproveitadas pelos Romanos e, mais tarde, no período muçulmano. Tomando em consideração que um dos corredores apresenta vestígios de, pelo menos, três degraus, é de crer que estas habitações da Idade do Ferro possam ter constituído a base ou alicerce de uma plataforma, certamente de madeira, que no interior do santuário existiria. Na realidade, o santuário foi construído aproveitando estruturas habitacionais pré-existent, da Idade do Ferro. É por esse motivo que os muros são de pedra calcária miocénica da região de Alcácer, notando-se, de quando em vez, a presença de xisto e brecha da Serra da Arrábida. Todos estes elementos foram ligados por argila de tom acastanhado ou esverdeado; somente no coroamento das estruturas, de época romana, se usou argamassa de cal.

É de crer, pois, que o lugar já era sagrado em plena Idade do Ferro (sécs. IV-III), conforme documenta o achado, a poente do santuário romano e imediatamente junto à parede deste, de vinte e duas figuras de bronze representando simples orantes, guerreiros, cavalos, cabras ou touros.

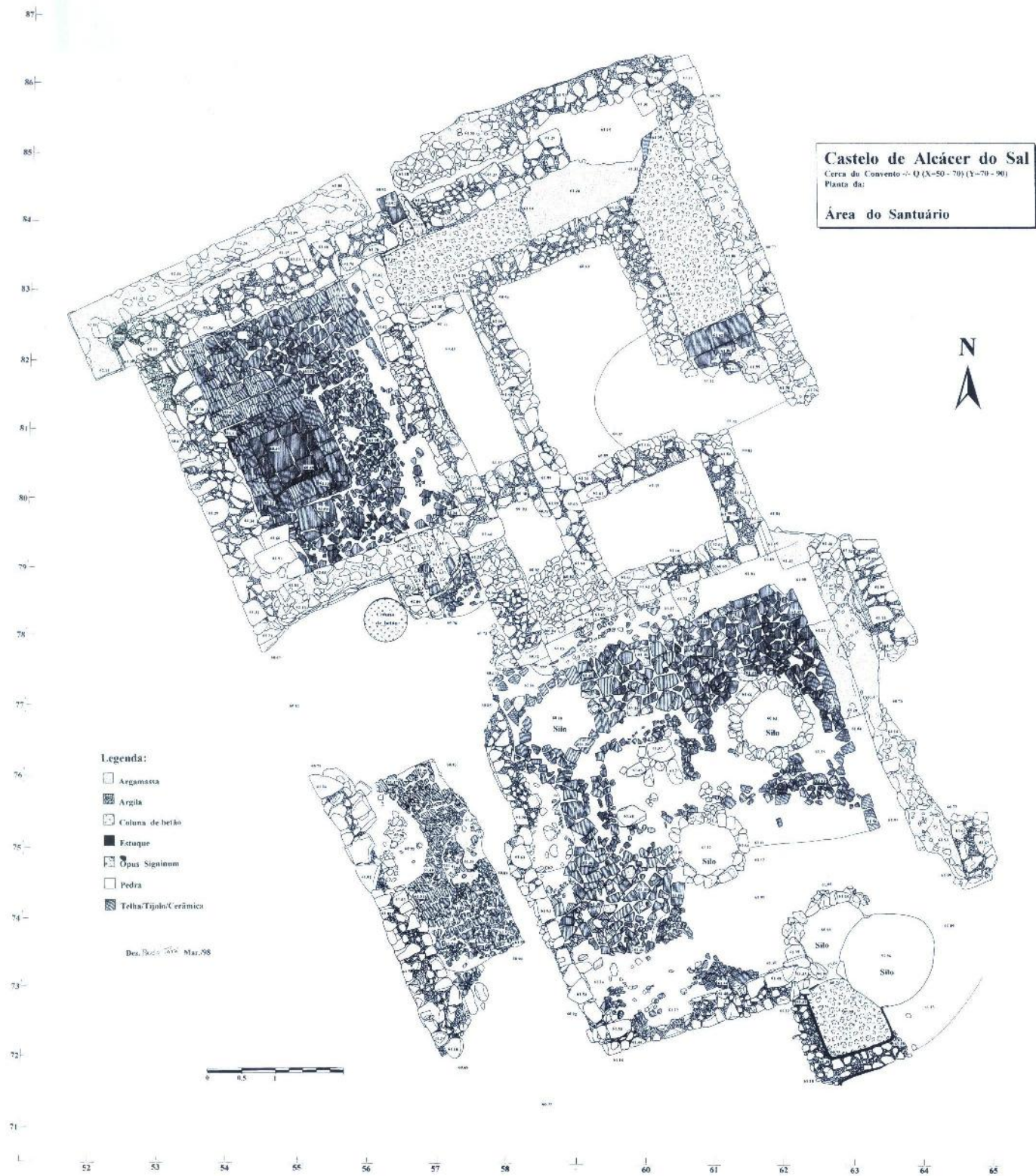
A entrada no santuário romano, embora não visível, far-se-ia certamente pela banda norte, onde se tinha acesso através de uma calçada desse período.

Sofrendo intensa ocupação humana posterior à sua construção, a estratigrafia do período romano obtida no interior do santuário é quase nula, constituindo excepção o depósito votivo praticamente intacto, cujos materiais – em fase de tratamento laboratorial – ajudarão certamente na atribuição de uma cronologia mais fina.

A *tabella defixionis*:

Antes de abordarmos o conteúdo e o significado da *tabella defixionis* de Alcácer do Sal, o primeiro documento deste género encontrado, até agora, em território nacional, importa enquadrá-la, ainda que em traços largos, na filosofia religiosa que lhe está por detrás.

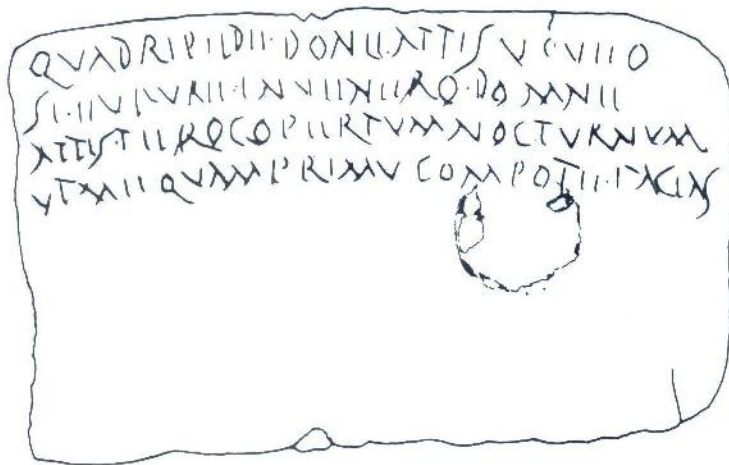
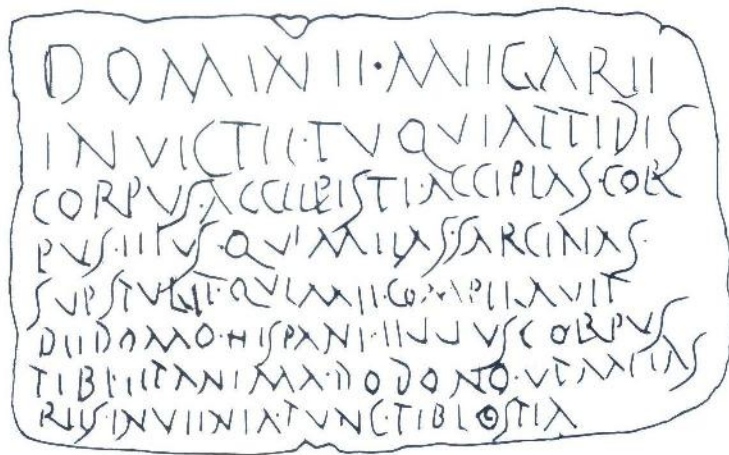
Tabella significa “pequena placa”; *defixionis*, à letra, “de defixão”, vocábulo que não tem correspondente em língua portuguesa e que, aliás, também se não encontra em todos os dicionários de Latim. É um substantivo abstracto formado a partir



do verbo *defigere* que, para além do seu significado concreto “espetar”, detém uma conotação simbólica: “encantar”, “amaldiçoar”. Situamo-nos, pois, em pleno ambiente mágico: os dizeres inscritos na placa visam encantamentos, maldições, esconjuros...

Daí, também, que se tenha optado pelo uso do chumbo, metal que, maleável e fácil de receber uma mensagem inscrita, era, de acordo com a tradição, o metal preferido «do deus Saturno e dos mortos, frio e pesado, propício, por isso mesmo, à comunicação com as divindades infernais ou com os espíritos de além-túmulo», como escreveu Serrano Delgado (1996).

Embora não muito abundantes – o que é natural, dada a sua natureza, o seu secretismo, a necessidade de se ocultarem para que o feitiço, descoberto, não viesse a ser quebrado... –, tem-se registado o achamento deste tipo de materiais desde os primórdios da Arqueologia e foi A. Audollent quem, pela primeira vez, em 1904, elaborou deles o primeiro catálogo. Damos conta doutras informações na nota bibliográfica que incluímos no final; mas seja-nos permitido observar, desde já, que as *tabellae defixionum* eram, obviamente, colocadas nos lugares mais obscuros, designadamente introduzidas nas sepulturas, porque se partia do

2. A *tabella defixionis* de Alcácer do Sal, face A e face B

princípio que seriam os mortos, pelo seu íntimo contacto com as divindades infernais, os melhores mensageiros e interlocutores, e porque, por outro lado, dado o carácter sagradamente inviolável dos sepulcros, difícil seria que alguém as fosse roubar para anular o seu poder.

E tudo se pedia aos deuses – amores impossíveis (AE 1994, n.ºs 1072-1073), derrotas cruéis (AE 1994, n.º 1846)... –, quase sempre em linguagem cifrada, com reflexos amplos do falejar quotidiano ou local, de modo a só pela divindade ser cabalmente perceptível, não fosse alguma indiscrição ter imprevisíveis efeitos nefastos... Daí que a natural dificuldade de compreensão do conteúdo para quem – como nós, por maioria de razões – está por completo fora do contexto, a terminologia usada, a inusitada construção da frase, a grafia rara constituam acréscidos embaraços e, simultaneamente, aliantes desafios. São, por isso, campo fértil para linguistas também.

Uma observação ainda: o excelente estado de conservação deste documento de Alcácer. Compreensível, dir-se-á, dado o

contexto em que foi encontrado: no meio de outros objectos votivos. Não há aqui, à primeira vista, uma total intenção de ocultismo. Dá ideia que a ‘raiva’ sentida fora tal que não importava que outrem soubesse do mal feito contra o qual se pedia esconjuro. Até, se calhar, era bom que se divulgasse e mais elos se juntariam na cadeia contra o prevaricador. Havia junto à *tabella* – e, por isso, o tempo se encarregou de a ‘colar’ ao nível da última linha do lado (B), provocando um nódulo de cobre – uma moeda. Poderá ter sido um mero acaso. Ou talvez não. O encomendante poderá ter querido ‘pagar’ assim, antecipadamente, a intercessão que – tinha a certeza – iria obter. Aqui, a moeda terá esse valor de paga. Noutras *tabellae* foram encontrados cravos de prensão, para que ninguém ousasse arrancá-las; na *tabella* de Alcácer o ponto que separa as duas palavras da primeira linha é, afinal, um pequeno orifício, o que faz supor ter também estado esta peça cravada numa parede ou noutro tipo de superfície.

É tempo, pois, de tentarmos decifrar, com a menor imprecisão possível, o que nos dois lados desta *tabella* – de 15,3 x 9,2 x 0,15 cm – em caracteres cursivos (cuja altura oscila entre os 6 e os 7 mm, à excepção das duas primeiras linhas, em que, por motivos óbvios, atingem 1,3 cm) alguém escreveu, há cerca de dois mil anos atrás (fig. 2):

(face A) DOMINE · MEGARE
INVICTE · TV · QVI · ATTIDIS
CORPVS · ACCEPISTI · ACCIPIAS · COR
PVS · EIVS · QVI · MEAS · SARCINAS
SVPSTVLIT · QVI · ME · COMPILAVIT
DE · DOMO · HISPANI · ILLIVS · CORPVS
TIBI · ET · ANIMA · DO · DONO · VT · MEAS
RES · INVENIAT · VNC · TIBI · OSTIA

(face B) QVADRIPEDE · DONE · ATTIS · VOVEO
SI · EAS · IVRE · INVENERO · DOMNE
ATTIS · TE · ROGO · PER · TVM · NOCTVRNVN
VT · ME · QVAM · PRIMV · COMPOTE · FACIAS

A leitura, em si, afigura-se-nos clara, porque, como se disse, é quase excepcional o estado de conservação da superfície epigrafada. Na linha 5 da face (A), o resultado da erosão terá apagado o M, que se reconstitui sem problemas; poder-se-ão levantar dúvidas quanto à reconstituição de VNC [última linha da face (A)]. Na face (B), a deterioração provocada pelo contacto com a moeda não afectou o texto.

Fácil é de verificar que o texto – «sibilino», como se esperava – oferece dificuldades de interpretação.

Assim, logo no início, DOMINE (o E surge grafado com dois II em todo o texto, mormente por óbvia facilidade de gravação) é um vocativo masculino e MEGARE será também um voca-

tivo. Conhecemos Mégara, uma cidade da Sicília, mas a referência é, claramente, à mítica mulher de Hércules; portanto, há que ver aqui um nítido reflexo da linguagem oral – a ‘contaminação’ do vocativo da segunda declinação. SARCINAS não é propriamente também um termo epigráfico e detém, como se sabe, amplos significados: “bagagens”, “haveres”, em sentido concreto; “criança” (ainda no ventre materno); “fardo”, em sentido abstracto. SVPSTVLIT (sic) é, seguramente, uma forma corrente do pretérito do verbo *tollo* – SVSTVLIT –, verbo cujas acepções também são variadíssimas, desde “criar”, “gerar” (um filho) até “destruir”, “dar cabo de”. E se *compilare de* não deve ter, decerto, outro significado senão o de “obrigar a sair”, “roubar” mas com o sentido de movimento, já a palavra *Hispanus* pode ser entendida como um antropónimo concreto ou como vaga indicação da *origo* de alguém cujo nome nem pronunciar se quer. Aliás, a ausência (habitual) de pontuação nos textos epigráficos impede-nos de saber se, na verdade, o genitivo *illius* tem ligação directa com ‘esse tal Hispano’ inominado. O rigor gramatical – decerto também descurado na oralidade – está ausente nas terminações, que se esperavam, do acusativo singular em palavras como *anima* (por *animam*), *quadrupede* (em vez de *quadrupedem*), *compote* (por *compotem*), e *primu* está por *primum*. Afigura-se-nos igualmente plausível a ausência do H inicial em *ostia* (com o significado de “vítima”, “oferenda sacrificial”, que preferimos, neste contexto religioso, a *ostia*, “porta”) e em *(b)unc*. INVENIAT (por INVENIAM) poderá compreender-se porque, na mente de quem redige o texto, haverá identificação do achador humano (a primeira pessoa) com a intervenção divina (na terceira pessoa). TVM por TVVM (de difícil pronúncia, de resto) também nos parece admissível. A interpretação em sentido concreto da expressão *facere compotem*, “fazer voltar à posse de” vem, por outro lado, na sequência do que nos parece ser o conteúdo do texto.

Desta forma, em escrita corrente, ‘literária’ (por oposição a ‘epigráfica’), uma das interpretações do texto poderá ser a seguinte (mantendo a grafia expressa):

Domine Megare invicte! Tu, qui Attidis corpus accepisti, accipias corpus eius qui meas sarcinas sustulit, qui me compilavit de domo Hispani. Illius corpus tibi et anima do dono ut meas res inueniat. Unc tibi ostia quadrupede done, Attis, voveo, si eas iure invenero. Domne Attis, te rogo, per tum Nocturnum, ut me quam primum compote facias!

A ser correcta a nossa interpretação – outras, repetimos, serão possíveis –, arriscar-nos-íamos a apresentar a seguinte tradução:

«Ó Senhora Mégara Invicta! Tu, que recebeste o corpo de Átis, digna-te receber o corpo daquele que levou as minhas

bagagens, que me roubou da casa de Hispano. Ofereço-te como dádiva o corpo e a alma dele, para que eu encontre os meus haveres. Eu te prometo de presente como vítima este quadrúpede, Átis, se, como é de justiça, eu os encontrar. Rogo-te, ó Senhor Átis, pelo teu Nocturno, que faças com que eu os posua quanto antes.»

Mais do que um drama familiar, como, a princípio, poderíamos supor, estaremos, muito provavelmente, perante um caso de roubo importante de haveres. Desconhecemos se é homem ou mulher, escravo ou liberto, senhor instalado na vida ou donzela casadoira o autor da maldição. Nem se deveria saber. Trata-se, porém, de maldição bem forte, porque se deseja a morte do prevaricador. Para isso se oferece uma vítima, o sacrifício de um animal – e, daí, que não seja tão oculto o lugar donde provém a peça: o(a) dedicante, para que não restassem dúvidas das suas intenções, fez questão em que elas eternamente constassem na *tabella*, inclusive para que a divindade não arranjasse pretexto para olvidar.

Tendo em conta o que se conhece do carácter cosmopolita de *Salacia*, a sua importância como entreposto comercial entre o Oriente e o Ocidente, não é de admirar a existência de apetecíveis riquezas e a oportuna presença de... ladrões!

Agora o que não deixa de ser extremamente curioso, do ponto de vista cultural, é o conteúdo mitológico do texto, a testemunhar cultos oriundos da antiga Frígia, os quais, como sabemos, se mantiveram bastante enraizados entre as populações autóctones, apesar do domínio romano.

Na generalidade dos casos, trata-se de cultos dedicados a Cíbele, a *Magna Mater*, geradora de vida, fertilidade e prosperidade. E Átis, citado no texto, quando não mencionado isoladamente, aparece, na verdade, quase sempre associado a Cíbele. São por de mais conhecidos os seus amores e desamores.

Aqui, porém, não é Cíbele que se invoca, mas a Mégara, filha de Creonte, rei de Tebas, que a dera em casamento a Hércules. Reza a lenda que, quando Hércules teve, um dia, de se ausentar para descer aos infernos e buscar Cérbero, um certo Lico se apoderou de Tebas, matou Creonte e quis massacrar Mégara, juntamente com os filhos, para reinar sem qualquer preocupação. Ao regressar, o herói assassinou o usurpador, mas Hera enlouqueceu-o e levou-o a estrangular a esposa e os filhos. Uma outra versão diz que Mégara escapou à carnificina, mas Hércules, não podendo suportar a vista da esposa que lhe lembrava a morte dos filhos, deu-a em casamento ao sobrinho, Tolau.

Há, pois, uma simbiose de mitos. Ou, quiçá melhor, uma ausência de pleno conhecimento deles. Ora, este facto pode estar intimamente relacionado com o processo de aculturação que a região sofreu ao longo dos tempos, visível – no caso vertente, por exemplo – na permanência da cunhagem de *asses* que ostentavam no anverso o busto do herói grego. Natural, consequen-

temente, que alguém, num momento negro da sua vida, o haja decidido invocar, utilizando, para tal, não o seu nome, mas o da sua esposa Mégara, juntando-lhe, inclusive, o seu epíteto: Hércules, «o invencível»; Mégara, «a invencível». Simbiose que poderia explicar também o já referido uso do masculino em vez do feminino, como logicamente seria de esperar.

Um outro aspecto a ter em consideração é o de que determinados actos litúrgicos como o *taurobolium* ou o *criobolium* se apresentarem como característicos do culto misterioso de Cíbele. A promessa de um quadrúpede sacrificado a Átis é bem elucidativa deste culto.

Não se identifica, como se disse, o devoto autor da *defixio*. Contudo, atendendo ao texto e aos mitos evocados, assim como

à necessidade de custear um sacrifício importante, cremos não andar longe da verdade se considerarmos esta peça oriunda quer do grupo de cidadãos romanos endinheirados de origem local quer, sobretudo, dos seus não menos endinheirados libertos – o que encontra confirmação plena no que já conhecemos da epigrafia romana de *Salacia*.

Tendo em conta as características paleográficas da inscrição, a cronologia para que, desde já, parece apontar o espólio arqueológico que acompanhava a *tabella* no depósito votivo do santuário, parece-nos bem possível datar este documento da segunda metade do séc. I d.C. – o que não deixa de estar de acordo com o que se sabe acerca da presença dos cultos misteriosos de origem frígica no Ocidente peninsular.

Nota:

A planta que constitui a fig. 1 foi extraída da monografia de João Carlos Faria sobre Alcácer do Sal na época romana (Faria, 2002). O desenho da *tabella defixionis* (fig. 2) deve-se a Helena Figueiredo, do Museu Nacional de Arqueologia.

Referências bibliográficas:

- AUDOLLENT, A. (1904) – *Defixionum Tabellae Quotquot Innotuerunt tam in Graecis quam in Totius Occidentis Partibus Praeter Atticas in C. I. A. Editas*. Paris.
- BALIL, A. (1964) – Defixiones ampuritanas. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 37, p. 197-201.
- FARIA, J. C. (2002) – *Alcácer do Sal ao Tempo dos Romanos*. Alcácer do Sal.
- GARCÍA RUIZ, E. (1967) – Estudio lingüístico de las defixiones latinas no incluidas en el Corpus de Audollent. *Emerita*. Madrid. 35, p. 55-89 e 219-248.
- MURA, M. I. (1994) – Le *tabellae defixionum* africane come fonte di storia sociale: nota preliminare. In *Africa Romana*, 11 (3). Ozieri, p. 1535-1546.
- SERRANO DELGADO, J. M. (1996) – *Sceleratissimus seruus publicus*: un episodio de la vida municipal afectando a la familia publica. In *Homenaje a José M^o Blázquez*, III. Madrid, p. 331-344.
- VÁZQUEZ HOYS, A. M. (1985) – Aspectos mágicos de la Antigüedad. III: La magia en las *tabellae defixionum* hispanas. *Boletín Asociación Amigos de Arqueología*. Madrid. 21 (Junio), p. 35-45.